



APOSTILA DO CURSO

Curso: FORMACoop - Gestão Financeira
Instrutor: José Ribamar do Amaral Cypriano
Cooperativa: SESCOOP/GO



SESCOOP/GO

Serviço Nacional de Aprendizagem
do Cooperativismo no Estado de Goiás

Sumário

1. Programa da Disciplina	1
1.1 Ementa	4
1.2 Carga Horária Total	4
1.3 Objetivos	4
1.4 Conteúdo Programático	5
2. Texto para estudo	6
1.1 Noções preliminares	6
1.2 Conceito	6
1.3 Objetivo	8
1.4. Maximizar o nível de retorno sobre os capitais investidos	13
1.5 Geração líquida de caixa e receita operacional	13
1.6 Finalidades para as quais se usa a informação contábil	14
1.7 Questões financeiras relevantes	15
1.8 O Desequilíbrio financeiro, principais causas. Equilíbrio a curto prazo	16
2. Fluxo de Caixa	17
2.1 O Fluxo de caixa como instrumento de apoio à decisão	17
2.2 Revisão e controle	17
2.3 A demonstração do Fluxo de Líquido de caixa – abordagem gerencial	19
3 O Capital de Giro	20
3.1 O capital de giro para a empresa	20
3.2 O ciclo operacional e financeiro	21
3.3 O conceito da necessidade de financiamento capital de giro	23
3.4 Princípios básicos de planejamento e administração capital giro	24

3.5 Considerações	28
4 A Contabilidade	29
4.1 Estática patrimonial	29
4.2 Variações do patrimônio líquido	30
5 Análise das Demonstrações Contábeis	31
5.1 Advertências iniciais	32
5.2 Análise patrimonial-financeira	33
5.3 Índice de liquidez	35
5.4 Índice de estrutura de capital	39
5.5 Índice de rentabilidade	42
5.6 Limitações	43
6 Conclusão	44
7 Referências Bibliográficas	45

1. Programa do Curso

1.1 Ementa

Desenvolvimento de gestores para atuação em empresa cooperativista. Noções preliminares sobre finanças. Principais indicadores na análise de Balanço.

1.2 Carga horária total

16 horas/aula

1.3 Objetivos

Fornecer conceitos fundamentais de análise gerencial, do desempenho da sua cooperativa e seus indicadores. Desenvolver competências generalistas que permitam aos colaboradores melhor desenvolvimento de suas funções, aquisição de conhecimentos para crescimento na organização, maior conhecimento da cooperativa e maior integração entre os participantes.

1.4 Conteúdo programático

NOÇÕES PRELIMINARES SOBRE FINANÇAS, OBJETIVOS E QUESTÕES RELEVANTES	<ul style="list-style-type: none">. Campo de atuação e sua finalidade.. Geração de caixa.. Desequilíbrio financeiro
O FLUXO DE CAIXA E CAPITAL DE GIRO	<ul style="list-style-type: none">- Planejamento, controle, orçamento; custos e tributação;- Revisão e controle- Ciclo operacional e financeiro- Necessidade de capital de giro
A CONTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none">. ESTÁTICA PATRIMONIAL- VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PRINCIPAIS INDICADORES DE BALANÇO	<ul style="list-style-type: none">. Índices de Liquidez. Análise de Balanço simplificada- Análise financeira- Principais indicadores de performance, de estrutura de capital, de liquidez, de retorno, de atividade, avaliação de capital de giro, indicadores de crescimento sustentável.

2. Texto para estudo

1. FINANÇAS

1.1 NOÇÕES PRELIMINARES

A administração financeira permite que os procedimentos gerenciais sejam dotados de eficiência e efetividade. As ferramentas por ela propiciadas, principalmente o planejamento financeiro, constituem grande fonte de contribuição para o sucesso organizacional.

Para as empresas, públicas ou privadas, o Planejamento Financeiro reveste-se de elevada importância na atualidade, e consiste na elaboração de planos financeiros que permitam a fixação antecipada de certos objetivos que se quer atingir e na identificação dos meios para alcançá-los. Entre os objetivos de planejar o futuro, assegurar melhor controle e eficiência da gestão, a busca do lucro é de importância vital.

Considerando a análise de demonstrações financeiras, a partir dos índices econômico-financeiros, o mais difundido instrumento de medição de desempenho retrospectivo e prospectivo de uma empresa, permite elaborar um Planejamento Financeiro que fornece à administração ferramentas para gerenciar o comportamento dos negócios quanto à expectativa do mercado consumidor, este estudo torna-se relevante, por utilizar dados históricos da empresa traduzidos nos índices econômico-financeiros para estabelecer metas futuras de gerenciamento.

1.2 CONCEITO

O planejamento financeiro permite responder questões relativas a decisões de investimento, endividamento e lucros a distribuir. As estratégias formuladas pelas lideranças servirão de guia para as demais decisões em todos os níveis da organização. A decisão quanto ao nível de vendas e, conseqüentemente, ao de receitas, para um determinado período relevante de planejamento, deve fazer parte do conjunto de estratégias da empresa que deseje alguma prosperidade relevante.

As empresas privadas dispõem de técnicas avançadas para avaliar e medir seu desempenho. São vários índices e quocientes que, analisados e comparados com parâmetros preestabelecidos, servem de orientação na gestão de seus recursos e na tomada de decisão. Quando um indicador sinaliza alguma anormalidade ou perigo, são feitas as correções de imediato, e medidas são adotadas para diminuir o impacto do prejuízo indesejado.

Aprofundando o conceito de finanças, temos, segundo Gitman, 2010, o termo finanças pode ser definido como:

*“ a arte e a ciência de administrar o dinheiro”.
Praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro. Finanças diz respeito ao processo, às instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre as pessoas, empresas e órgãos governamentais.”*

Portanto, ao analisar mais detidamente tal definição, constatamos que a atividade financeira no mundo atual em que vivemos faz parte do nosso cotidiano, tanto como pessoas físicas como jurídicas. Compreender os processos que envolvem a decisão financeira traz benefícios para qualquer indivíduo, pois lhe dará condições de conduzir melhor sua vida no campo financeiro e o mesmo transcorrendo para qualquer empresa.

Qualquer pessoa tem por objetivo maximizar suas satisfações, tanto no momento presente como no futuro, utilizando-se de poupanças próprias ou de outras pessoas (terceiros). A economia como ciência social reflete o somatório de atitudes individuais que buscam alcançar a realização de objetivos econômicos presentes e futuros. Tal realização é obtida pela poupança de parte da produção atual da sociedade e pelo seu investimento em bens que aumentarão o fluxo de satisfação nos anos seguintes.

A empresa no papel de unidade produtiva de bens e serviços fundamentais para a sociedade aparece como o elemento intermediário para proporcionar satisfações, tanto materiais como não materiais aos membros desta sociedade. Ao fazer isso, busca a maximização de satisfações presentes e futuras dos seus proprietários através da utilização de recursos de capital empregando suas próprias poupanças ou de terceiros. No cooperativismo esse conceito deve ser melhor pensado, pois o cooperado está ora como terceiros ora como capital próprio. Esse é o grande dilema na administração de uma cooperativa. O cooperado prefere receber como terceiro, ou seja, um fornecedor ou prefere que a cooperativa tenha sobras maiores e as retire no final desse período? A experiência nos diz que ele quer receber agora, como terceiros o maior possível e se der sobra também. Esse é o grande desafio dos gestores na cooperativa. Porque em uma empresa com fins lucrativos, que não seja cooperativa, essa posição é bem

definida, diminuir os custos com fornecedores o máximo possível para que tenhamos lucros cada vez maiores e para os sócios. Isso não funciona, pelo menos dessa forma no cooperativismo.

Uma boa gestão empresarial busca atingir objetivos fixados através da utilização de recursos humanos, técnicos e financeiros. O mundo das finanças envolve uma boa gestão financeira.

A atividade financeira engloba a circulação, controle, aplicação e obtenção de recursos financeiros, visando maximizar o resultado da organização e garantir seu funcionamento e sua perenidade.

1.3 OBJETIVO

O objetivo básico do processo de planejamento financeiro é dotar a empresa de mecanismos de planejamento e gestão que possibilitem o real dimensionamento e a permanente maximização dos recursos financeiros aplicados no negócio. Como sabemos, o patrimônio de uma empresa é dividido em aplicações voltadas para o capital de giro (ativos correntes) e capital fixo (ativos fixos).

Para que o processo de planejamento financeiro seja um instrumento gerencial útil para a organização, podemos destacar alguns aspectos considerados relevantes para alcançar este objetivo:

- Consistência e integridade das informações utilizadas para fins de planejamento e análise;
- Perfeito engajamento entre as diversas áreas operacionais da organização;
- Critérios claros e bem definidos para a projeção dos diversos itens;
- Identificação clara dos custos das diversas fontes de financiamento, principalmente aquelas ligadas ao capital de terceiros de curto prazo;
- Consistência com relação ao padrão monetário utilizado;
- Realizar avaliações periódicas – real x orçado – visando efetuar revisões com um maior grau de confiabilidade;
- Atenção permanente com o nível de capital de giro empregado, procurando otimizar os diversos itens envolvidos;
- Buscar permanentemente o seguinte objetivo;

Campos de aplicações das finanças

Existem vários segmentos de serviços financeiros nos quais o dinheiro circula na economia. O segmento de serviços financeiros, por exemplo, está inserido no Mercado Financeiro que, por sua vez, está inserido no contexto maior da economia do país.

O Mercado Financeiro é o conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilita a transferência de recursos dos ofertadores finais para os tomadores finais, e cria condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado. Neste ambiente temos diversos tipos de empresas atuando, pois, o governo através do Conselho Monetário Nacional (órgão que expede as diretrizes de funcionamento do Mercado Financeiro), assim como do Banco Central do Brasil (órgão executor das diretrizes expedidas pelo Conselho Monetário Nacional), estabelece uma segmentação específica para tais empresas. Portanto, no Mercado Financeiro existem empresas como os Bancos Múltiplos, Caixa Econômica (empresa do governo assemelhada a um banco) e Cooperativas de Crédito, que podem receber depósitos à vista e realizar inúmeras operações de captação de recursos, como também inúmeros tipos de operações de empréstimos.

Existem outras empresas que podem captar recursos e também oferecer empréstimos e financiamentos, porém, não podem receber depósitos à vista dos clientes como os Bancos de Investimentos, Cadernetas de Poupança, Sociedades de Crédito Financiamento e Investimento (Financeiras), entre outras. Existem também empresas que só podem atuar como intermediários de operações financeiras como as Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários que atuam na Bolsa de Valores e Bolsa de Mercadorias e Futuros.

Todas elas atuam na prestação de serviços financeiros tanto para pessoas físicas como jurídicas, recebendo poupanças daqueles que possuem uma renda maior que seus gastos (ofertadores de recursos) e tanto quanto possível, canalizando estas poupanças para aqueles que possuem uma renda inferior aos seus gastos ou às suas necessidades de investimentos (tomadores de recursos).

Conforme Gitman (2010), “os serviços financeiros dizem respeito à concepção e oferta de assessoria e produtos financeiros a pessoas físicas, empresas e órgãos governamentais. Envolvem diversas oportunidades de carreiras interessantes em instituições bancárias e afins, assessoria financeira pessoal, investimentos, etc.”.

Através do Mercado Financeiro e de suas subdivisões como mercado de crédito, mercado de capitais, as empresas conseguem obter recursos para viabilizar suas operações através de emissão de títulos de emissão própria como ações, debêntures, como também através de operações de crédito como empréstimos bancários, financiamento público (BNDES) entre outros.

Segmento de administração financeira

Este segmento está ligado diretamente ao funcionamento da empresa envolvendo todos os seus aspectos operacionais. Imagine você a complexidade de funcionamento de uma empresa e todo este funcionamento sendo traduzido monetariamente através dos controles financeiros.

Isto nos leva a deduzir que toda e qualquer empresa, independentemente de seu tamanho ou do ramo de atuação em que esteja operando necessita de ter um sistema de informação gerencial que lhe propicie condições de identificar por onde os recursos que ela utiliza estão transitando. Além disso, existem informações que são voltadas exclusivamente para uso interno e outras informações que são voltadas para o uso externo.

Podemos citar como exemplo as informações contábeis, onde os processamentos, cálculos, registros, classificações são de origem interna e a apresentação dos demonstrativos financeiros exigidos pelos bancos para obtenção de um empréstimo é de origem externa.

Diante do exposto, concluímos que toda empresa realiza atividades e operações tais como: integralização de capital, compra de matéria-prima, produção de bens, pagamentos a fornecedores, empregados e governos, vendas de produtos, investimentos em compra de equipamentos, etc.

Tais operações precisam ser registradas, processadas, calculadas, interpretadas e classificadas num Sistema de Informações Contábeis.

Através deste Sistema de Informações Contábeis a empresa então pode gerar inúmeros tipos de relatórios tais como: demonstrações financeiras, apuração de informações fiscais (IR, etc.), relatórios de custos de produção, orçamento para o próximo exercício, relatórios sobre planos de investimentos e financiamentos, projeções financeiras, etc.

O segmento de administração financeira, então, é conduzido pelos administradores financeiros que têm como missão a gestão dos negócios financeiros de empresas das mais variadas naturezas como financeiras ou não, abertas ou fechadas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos.

O objetivo do administrador financeiro é o de maximizar o retorno do capital investido pelos acionistas, investidores, proprietários. Lembrando sempre as devidas adaptações ao cooperativismo que deverão ser sempre levadas em conta.

Por ter sua ênfase voltada para o processo de decisão, as atribuições da administração financeira envolvem as mais diversas tarefas no campo financeiro que englobam o acompanhamento dos procedimentos contábeis e alguns outros aspectos de fundamental importância tais como:

- Política de concessão de créditos a clientes – este segmento exige uma atenção especial, pois a empresa aplica recursos para entregar um bem ou um serviço, aplica recursos na compra ou elaboração de seu produto, entregando

ao cliente para receber posteriormente através de um prazo preestabelecido. Tal operação de financiamento à clientela envolve o conhecimento do perfil do cliente para que o prazo estabelecido nem seja curto demais e nem seja excessivamente longo, atraindo aqueles que não teriam capacidade de adquirir o produto, elevando risco de inadimplência.

- Gestão de contas a pagar, que está alinhada com o recebimento das vendas e as compras de insumos.
- Gestão do fluxo de caixa, que propicia ao administrador financeiro a possibilidade de prever com antecedência a movimentação financeira da empresa evitando problemas com relação à falta de recursos para honrar compromissos.
- Avaliação de investimentos e captação de fundos para financiar as atividades empresariais, que em última instância, significa buscar uma estrutura de capital adequada para que a empresa maximize a utilização de seus equipamentos financiados através das fontes adequadas de recursos que podem ser próprios ou de terceiros.
- Realização do planejamento e orçamento financeiro de acordo com as estratégias traçadas pelos proprietários visando alcançar os resultados esperados. Vale a ressalva que, diante da complexidade do ambiente de negócios, o administrador financeiro passou a se envolver juntamente com outras áreas da empresa na implementação de estratégias empresariais que têm por objetivo o crescimento da empresa e obviamente a melhoria de sua posição competitiva. Isto explica porque em diversas empresas os altos cargos executivos têm sido ocupados por pessoas cuja origem está na área financeira.

Formas de organização empresarial

Conforme já comentamos, existem várias formas de organização empresarial e vamos comentar alguns dos aspectos mais relevantes daquelas que atuam no setor privado, valendo a ressalva que existem organizações governamentais que possuem procedimentos contábeis específicos (contabilidade e orçamento público) e organizações não governamentais que pertencem ao terceiro setor, as quais não serão objeto das nossas abordagens. Nosso foco será o cooperativismo e suas particularidades.

No setor privado temos, através do Novo Código Civil editado pela Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2006, quatro formas de constituição de empresas no Brasil, conforme abaixo:

EMPRESÁRIO “INDIVIDUAL” (EX-FIRMA INDIVIDUAL) – este tipo de empresa, na maioria dos casos, se origina de microempreendedores individuais que já existiam na

informalidade caracterizados por estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços.

Registro: É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis, sendo que a inscrição é feita mediante requerimento na Junta Comercial do Estado (ex-declaração de firma individual). (Art. 967 e 968, CC).

Responsabilidade: O Empresário Individual responde pelo patrimônio da firma. Caso os bens do Empresário Individual não sejam suficientes para atender às suas obrigações sociais, os credores podem executar todos os bens pessoais, ou seja, sua responsabilidade é ilimitada.

SOCIEDADE LIMITADA, anteriormente denominada de Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada, é provavelmente o tipo mais comum e abrange a maioria dos micro e pequenos empreendedores.

Tem como característica ser constituída por dois ou mais sócios administrando ou não determinada empresa, cujas atividades podem ser industriais/comerciais/serviços, e a responsabilidade de cada um é limitada à parcela do capital social que integralizar na atividade, data de início, participação nos resultados, obrigações, etc.

SOCIEDADE ANÔNIMA - Se caracterizam na maioria dos casos por serem grandes empresas e terem seu capital acionário diluído por quantidade maior de acionistas.

O capital social de uma S/A é dividido em ações, portanto, ação representa a menor fração do capital social da empresa emitente.

Outra característica da Sociedade Anônima é que ela pode ser de capital fechado ou de capital aberto. As de capital fechado são aquelas cujas ações estão nas mãos de acionistas, e não são comercializadas em bolsas de valores.

As Sociedades Anônimas de Capital aberto são aquelas que possuem seus valores mobiliários negociados em mercados organizados (Bolsa de Valores, por exemplo) e possuem obrigatoriamente registro de empresa aberta na Comissão de Valores (órgão do governo a quem compete supervisionar as empresas de capital aberto).

As principais características da S.A.s de capital aberto podem ser descritas como aquelas as quais são obrigadas a divulgar informações ao mercado de capitais, têm registro na C.V.M. – Comissão de Valores Mobiliários – e propiciam acesso acionário a qualquer investidor.

As ações que compõem o seu capital podem ser de duas espécies ou tipos, ou seja, ordinárias, que possuem direito a voto nas Assembleias Gerais, e as preferenciais, que não possuem direito a voto e, sim, preferência na distribuição dos dividendos recebendo 10% a mais do que o valor pago aos acionistas portadores de ações ordinárias, além de prioridade de reembolso no caso de dissolução da Sociedade.

SOCIEDADE SIMPLES (ex- SOCIEDADE CIVIL)

São constituídas por dois ou mais profissionais liberais, que tenham objetivos comuns. Por exemplo, contadores, médicos, dentistas, engenheiros, advogados, etc. As Sociedades Personificadas Simples podem ou não ter fins lucrativos.

Registro: As sociedades simples devem ter seu contrato social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Cartório de Registro Civil) (art. 998CC).

1.4 MAXIMIZAR O NÍVEL DE RETORNO SOBRE OS CAPITAIS INVESTIDOS

Conforme mencionado, o planejamento financeiro de uma operação empresarial é, num primeiro momento, consequência das premissas de natureza operacional previamente traçadas.

No contexto do planejamento empresarial, devemos lembrar os objetivos a serem atingidos pela administração, ou seja:

OBJETIVO ECONÔMICO

(CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE SOBRAS OU LUCROS)

OBJETIVO FINANCEIRO

(CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE CAIXA)

OBJETIVO PATRIMONIAL

MAXIMIZAÇÃO DO VALOR DO PATRIMÔNIO

(INVESTIMENTOS X FINANCIAMENTOS)

Na realidade, para projetarmos financeiramente a operação de uma empresa devemos viabilizar, em termos de realização de caixa, os aspectos econômicos do negócio. Assim, a partir da demonstração de resultados projetada para determinado período, teremos condições de definir o fluxo operacional de caixa, bem como o balanço patrimonial.

O planejamento financeiro retrata, a nível detalhado, a potencialidade de geração de caixa da atividade. Atualmente, um indicador de avaliação pode relacionar diretamente o enfoque financeiro com o econômico, através da seguinte comparação:

1.5 GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA e RECEITA OPERACIONAL

A geração líquida de caixa de uma empresa é obtida através da otimização do fluxo financeiro proveniente da movimentação dos recursos, sendo responsável por uma

maior ou menor contribuição para a atividade como um todo, visando o objetivo de maximização de valor.

O objetivo da administração privada é o lucro, e, para atingi-lo, deve otimizar seus recursos e minimizar seus custos.

Finalmente, a análise de “benchmarking” com outras cooperativas do mesmo do ramo é um bom indicador, lembrando sempre da possibilidade de alguma interferência regional poder levar a conclusões precipitadas, porém de forma geral o benchmarking é muito usado nas cooperativas de um modo geral.

1.6 FINALIDADES PARA AS QUAIS SE USA A INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA.

Robert N. Anthony, em seu conhecido livro Management accounting, focaliza com bastante propriedade as implicações deste item.

Embora tais finalidades possam ser catalogadas de várias formas, serão aqui agrupadas em duas básicas:

1.1.1 Finalidade de Controle.

1.1.2 Finalidade de Planejamento.

A – **Controle:** Pode ser conceituado como um processo pelo qual a administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo de conformidade com os planos e políticas traçados pela administração. Esta, como estamos vendo, é uma conceituação bem ampla de controle, aceita pelos autores modernos, em contraste com a definição restrita que resumia ao controle a uma função quase dentro da cooperativa única e exclusivamente. Afirma o referido autor que a informação contábil é útil ao processo de controle das seguintes formas:

A.1 - *Como meio de comunicação* - Os relatórios contábeis podem ser de grande auxílio, ao informar a organização a respeito dos planos e políticas da administração e, em geral, das formas de comportamento ou ação que a administração deseja atribuir à organização.

A.2 - *Como meio de motivação* - A não ser que a empresa ou negócio seja do tipo individual, não compete à administração fazer ou executar o serviço. Isto quer dizer que a administração não fabrica e vende pessoalmente o produto. Pelo contrário, a responsabilidade da administração consiste em saber se o trabalho está sendo executado pelos outros. Isto requer, em primeiro lugar, que o pessoal seja contratado e formado dentro da organização, e, em segundo lugar, que a organização seja motivada de forma ser levada a fazer o que a administração faz. A informação contábil

pode auxiliar (e também, desde que utilizada inadequadamente, prejudicar) este processo de motivação.

A.3 - *Como meio de verificação* - Periodicamente, a administração necessita avaliar a qualidade dos serviços executados. A apreciação desse empenho pode resultar em acréscimo de produção, promoções, readmissões, ações corretivas as mais variadas, ou, em casos extremos, demissões. A informação contábil pode auxiliar este processo de avaliação, embora o desempenho humano não possa ser julgado apenas através da informação contida nos registros contábeis.

B - Planejamento, por sua vez, é o processo de decidir que o curso de ação deverá ser tomado para o futuro.

Normalmente, o processo de planejamento consiste em considerar vários cursos alternativos de ação e decidir qual o melhor. *Planejamento* (que deve ser diferenciado de simples Previsão) pode abranger um segmento da cooperativa ou a cooperativa como um todo. A informação contábil, principalmente no que se refere ao estabelecimento de padrões ou “Standards” e ao inter-relacionamento da Contabilidade com os planos orçamentários, é de grande utilidade no planejamento empresarial. Mesmo em caso de decisões isoladas sobre várias alternativas possíveis, normalmente utiliza-se grande quantidade de informação contábil.

1.7 QUESTÕES FINANCEIRAS RELEVANTES

1.7.1. O Enfoque no Curto e no Longo Prazo

O objetivo de qualquer empresa é manter em crescimento o valor de seu patrimônio. Normalmente, esse efeito é observado no contexto de períodos mais longos, após o resultado das medidas que são implementadas no nível corrente da operação

O enfoque financeiro de curto prazo abrange os chamados orçamentos operacionais e seus reflexos de caráter financeiro e patrimonial. Em linhas gerais, relaciona-se à projeção da demonstração de resultados, balanço patrimonial e fluxo de caixa para o período base de 1 ano, com desdobramentos mensais e/ou trimestrais.

O universo de longo prazo relaciona-se, mais diretamente, com as projeções de investimento de capital, com base em projetos de aumento da capacidade, desenvolvimento tecnológico, pesquisa de novos produtos, etc. São investimentos normalmente relacionados às questões estratégicas da empresa.

Algumas questões são fundamentais dentro do processo de administração empresarial, elas contemplam os aspectos de curto e longo prazo da operação.

- A EMPRESA POSSUI PROBLEMAS FINANCEIROS IMEDIATOS?

- A EMPRESA APRESENTA FÔLEGO PARA CONVIVER COM PERÍODOS DE RECESSÃO?
- A EMPRESA É EFICIENTE COMO UM TODO?

Os problemas financeiros imediatos podem ser medidos pelo nível de liquidez apresentado pela operação. A capacidade para conviver com períodos de recessão pode ser avaliada pela forma que a empresa financia sua operação (fontes de financiamento utilizadas).

1.8 O Desequilíbrio Financeiro, Principais Causas da Falta de Recursos, Consequências Diretas e Medidas para o Alcance do Equilíbrio a Curto Prazo

A experiência empresarial mostra que os insucessos estão basicamente ligados a problemas decorrentes da falta de liquidez, ou seja, devido a uma deficiente administração do capital de giro. A empresa consegue sobreviver por algum tempo com baixo nível de lucratividade, mas pode naufragar repentinamente devido a uma situação desfavorável de liquidez. Dessa forma, é fundamental a identificação das causas básicas, consequências diretas e as medidas de ajuste a serem tomadas para o alcance do equilíbrio financeiro. Como exemplo, podemos citar:

CAUSAS BÁSICAS

- INVESTIMENTO INADEQUADO EM ESTOQUES;
- CICLOS OPERACIONAL E FINANCEIRO DESAJUSTADOS;
- NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO CRESCENTE;
- IMOBILIZAÇÕES EM EXCESSO;
- ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO CRESCENTE;

CONSEQUÊNCIAS DIRETAS

- REDUÇÃO DA LIQUIDEZ DA OPERAÇÃO;
- FRAGILIDADE ANTE ÀS FLUTUAÇÕES DO MERCADO;
- PERDA CRESCENTE DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO;
- REDUÇÃO DA CREDIBILIDADE COMO INSTITUIÇÃO;

MEDIDAS DE AJUSTE

- DEFINIÇÃO DE UMA ESTRUTURA ÓTIMA DE CAPITAL, COM O OBJETIVO DE REDUZIR O CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL;
- ESTABILIZAÇÃO DOS CICLOS OPERACIONAL E FINANCEIRO;
- VENDA DE ATIVOS OCIOSOS;
- PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIROS.

2. FLUXO DE CAIXA

2.1. O FLUXO DE CAIXA COMO INSTRUMENTO DE APOIO À DECISÃO

Trata-se do instrumento gerencial que objetiva demonstrar, para um determinado período, a capacidade de geração de caixa da empresa a partir das premissas operacionais previamente consideradas. Dentre seus principais objetivos, podemos citar:

- BUSCAR O PERFEITO EQUILÍBRIO ENTRE OS DIVERSOS INGRESSOS E DESEMBOLSOS DE CAIXA;
- PROCURAR SALDAR AS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA NAS RESPECTIVAS DATAS DE VENCIMENTO EVITANDO, ASSIM, ONERAR A OPERAÇÃO;
- DETERMINAR A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PRÓPRIOS EM DETERMINADO MOMENTO, APLICANDO-OS DA FORMA MAIS RENTÁVEL, VISANDO A MAXIMIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE RETORNO;

- PROCURAR OTIMIZAR A COMPOSIÇÃO ENTRE RECURSOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS, OBJETIVANDO MINIMIZAR O CUSTO DE CAPITAL DA EMPRESA;
- FIXAR O NÍVEL MÉDIO DE CAIXA, COM BASE NO CAPITAL DE GIRO EMPREGADO E NO CICLO OPERACIONAL DE CAIXA.

2.2. REVISÃO E CONTROLE

Portratar-se de um instrumento de apoio a decisão, o fluxo de caixa deve ser revisto e analisado permanentemente. O prazo de revisão é variável, detalhando-se os diversos pontos de acordo com o objetivo da análise. Como relaciona-se a um período determinado, o fluxo de caixa pode atender a uma análise diária, semanal, quinzenal, mensal, trimestral, semestral e anual podendo diferir apenas nos níveis de detalhamento a serem considerados.

Ao projetarmos um fluxo para a semana e/ou para a quinzena necessitaremos discriminar os possíveis clientes e fornecedores para uma gestão mais eficiente da cobrança e do contas a pagar. Já em uma previsão para o trimestre, esta discriminação pode ser importante, mas não fundamental.

Como mencionado, o fluxo de caixa retrata fielmente os efeitos financeiros decorrentes das premissas operacionais assumidas pela administração da empresa em determinado momento. Assim, quaisquer revisões devem passar por uma avaliação do nível das premissas previamente adotadas. O processo de controle do fluxo de caixa demanda uma análise detalhada da performance do período, com o objetivo de se verificar as causas eventuais e possíveis defasagens observadas com base no que foi planejado. O controle sistemático do fluxo de caixa toma como base algumas considerações básicas, as quais julgamos importante destacar:

- DEFINIÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DO FLUXO DE CAIXA, PARA QUE POSSA CONFRONTÁ-LO COM O PLANEJADO, POSSIBILITANDO ASSIM UMA REVISÃO, EM TEMPO HÁBIL, DAS PREMISSAS OPERACIONAIS, SE NECESSÁRIO;
- FIDELIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA ÁREAS ENVOLVIDAS: SOMENTE ASSIM A ADMINISTRAÇÃO TERÁ CONDIÇÕES SEGURAS DE EMPREENDER AS MEDIDAS CORRETIVAS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIAS;
- COMPATIBILIDADE ENTRE A FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DADOS REAIS E ORÇADOS, PARA QUE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO SEJA CONSISTENTE;
- DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES COMPONENTES DO FLUXO OPERACIONAL, VISANDO CONHECER EM DETALHE AS CAUSAS, FAVORÁVEIS E/OU DESFAVORÁVEIS, QUE PODERÃO ESTAR INFLUENCIANDO A GERAÇÃO DE CAIXA OBSERVADA.

A seguir, podemos observar um modelo de fluxo com base no método direto:

MODELO BÁSICO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

PERÍODO: 1º TRIM 02	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	TOTAL
1. INGRESSOS				
1.1. > OPERACIONAIS				
1.1.1 > RECEBIMENTO DE VENDAS				
1.1.2.> OUTROS				
TOTAL DE INGRESSOS (1.1.1 +1.1.2)				
2. DESEMBOLSOS				

2.1. OPERACIONAIS				
2.1.1. FORNECEDORES				
2.1.2. SALÁRIOS				
2.1.3. ENCARGOS SOCIAIS				
2.1.4 ALUGUEL				
2.1.5 DESP. TRIBUTÁRIAS				
2.1.6. COMISSÕES				
2.1.7. OUTRAS				
2.2. NÃO OPERACIONAIS				
2.2.1 COMPRA EQUIPAMENTO				
TOTAL DESEMBOLSOS (2.1.1 a 2.1.7 + 2.2.1)				
3. GERAÇÃO CAIXA PERÍODO (INGRESSOS-DESEMBOLSOS)				
4. GERAÇÃO DE CAIXA SOBRE VENDAS (%)				
5. SALDO INICIAL DE CAIXA				
6. +/- GERAÇÃO NO PERÍODO				
7. SALDO FINAL DO PERÍODO				

2.3. A Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa – uma abordagem gerencial

Uma gestão eficiente de caixa leva em consideração o equilíbrio entre as entradas e saídas de recursos financeiros. Entretanto, há inúmeros caminhos para se conseguir esse equilíbrio, cada um como uma causa e consequência.

O Fluxo de caixa de uma empresa não depende inicialmente da administração financeira, pois é consequência de inúmeras decisões, como nível de estocagem, ciclo operacional, nível das atividades, investimentos de caráter permanente, bem como as possibilidades de aporte de capital.

Do ponto de vista da gestão de curto prazo, é fundamental uma administração permanente do ciclo operacional da empresa e sua contribuição para a geração de caixa. Os recursos financeiros resultantes de um ciclo de caixa favorável podem, alternativamente, serem aplicados no crescimento da empresa, ou seja, através de

investimentos em ativo permanente. Este tipo de decisão deve ser tomado com cautela, principalmente durante a fase de investimentos. Nessa situação, haveria uma diminuição do nível de disponibilidades para estas aplicações. Assim, considera-se que este tipo de decisão é mais conveniente em períodos de estabilidade econômica, quando os horizontes são mais nítidos

Um instrumento fundamental para a gestão do caixa é a **Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa**. Com base nesse demonstrativo, as seguintes questões podem ser respondidas:

- QUAIS AS CAUSAS DAS MUDANÇAS NA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA?
- O QUE FOI FEITO COM A SOBRA GERADA PELAS OPERAÇÕES?
- QUAL A APLICAÇÃO FEITA COM OS NOVOS EMPRÉSTIMOS?
- DE QUE FORMA A EMPRESA CONSEGUE MANTER SEUS PAGAMENTOS EM DIA, SE OS RESULTADOS VÊM SENDO NEGATIVOS?
- COMO ESTÁ SENDO FINANCIADA A EXPANSÃO DA EMPRESA?
- COM QUE RECURSOS A EMPRESA AMORTIZOU ANTECIPADAMENTE DÍVIDAS DE LONGO PRAZO?
- O QUE FOI FEITO COM AS RECEITAS DE VENDA DE ALGUM IMOBILIZADO?
- OS RECURSOS GERADOS PELAS OPERAÇÕES FORAM SUFICIENTES?
- POR QUE A EMPRESA TEVE DE TOMAR EMPRÉSTIMOS, SE SUA SOBRA MAIS A DEPRECIAÇÃO SÃO SUPERIORES AOS INVESTIMENTOS EM ATIVO IMOBILIZADO?
- QUAL A HABILIDADE DOS ADMINISTRADORES EM OBTER OS RECURSOS ADEQUADOS ÀS APLICAÇÕES?
- A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ADOTADA PELA EMPRESA É APROPRIADA?

- O NÍVEL EM TESOURARIA (DISPONIBILIDADES MAIS APLICAÇÕES FINANCEIRAS). É ADEQUADO?
- A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBRES É COMPATÍVEL COM A GERAÇÃO DE RECURSOS?

3. CAPITAL DE GIRO

3.1 O CAPITAL DE GIRO PARA A EMPRESA

É sabido que o patrimônio da empresa pode ser dividido em investimento de natureza de curto e de longo prazo. Nossa questão está na abordagem da parcela do investimento voltada para a operação corrente de empresa, ou seja, o capital de giro. Assim, os recursos aplicados no giro da empresa estão diretamente relacionados com a operação corrente, ou seja, o pagamento dos custos. O que se espera é um ciclo operacional positivo em termos de geração financeira.

Dessa forma, os ativos correntes devem ser corretamente dimensionados para dar o suporte necessário ao volume de operações da empresa. Assim, é importante ressaltar que o investimento adequado em giro é fundamental para que a empresa possa operar de maneira sustentada. Os investimentos em giro diferem das aplicações em ativos permanentes, devido à natureza e ao prazo de retorno.

COMO ESSES INVESTIMENTOS DEVEM SER FINANCIADOS?



- PRIORITARIAMENTE POR CRÉDITOS COM FORNECEDORES - FINANCIAMENTO NÃO ONEROSO;
- POR RECURSOS COMPLEMENTARES, PODENDO SER ATRAVÉS DE CAIXA OU EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS.

3.2 O CICLO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Podemos definir **ciclo operacional** de uma determinada atividade como sendo o período que abrange desde a aquisição da matéria-prima e/ou produto acabado até o recebimento pela venda. Já o **ciclo financeiro** agrega o prazo médio de contas a pagar.

O permanente aumento no nível de rotatividade do capital de giro aplicado no negócio é fator decisivo para a manutenção do equilíbrio financeiro da operação. Para tanto, é fundamental o acompanhamento sistemático do ciclo operacional, destacando-se os fatores relevantes.

Na verdade, um ciclo caixa ajustado influenciará positivamente o comportamento do capital de giro investido. A otimização dos prazos médios de permanência de estoques, contas a receber e contas a pagar deve ser um objetivo permanente por parte da administração da empresa.

O ciclo de caixa é mensurado através da seguinte relação:

PRAZO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DE ESTOQUES	(+)
PRAZO MÉDIO DE CONTAS A RECEBER	(+)
PRAZO MÉDIO DE CONTAS A PAGAR	(-)

CICLO FINANCEIRO**(=)**

Conhecendo-se o ciclo financeiro, pode-se determinar o **giro de caixa da empresa**, ou seja, a velocidade de rotação com base num determinado período de tempo.

EXEMPLO:

Suponha uma empresa operando dentro das seguintes condições:

PRAZO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DE ESTOQUE	20 DIAS
PRAZO MÉDIO DE CONTAS A RECEBER	25 DIAS
PRAZO MÉDIO DE CONTAS A PAGAR	30 DIAS
CICLO DE CAIXA	20 + 25 – 30 = 15 DIAS

GIRO DE CAIXA COM BASE NUM PERÍODO ANUAL

$$360 / \text{CICLO DE CAIXA} =$$

$$360 / 15 \text{ DIAS} = 24 \text{ VEZES}$$

CONCLUSÃO

15,0 dias pode ser considerado como o prazo médio que a empresa fica a descoberto financeiramente, ou seja, necessita de recursos considerados complementares, ou seja, de natureza própria ou de terceiros.

Cada grupo pertence ao ciclo operacional de caixa deve ser sistematicamente examinado, considerando sua composição específica, o peso relativo em relação ao total e o prazo associado.

Algumas premissas que devem ser assumidas para um equilíbrio constante do ciclo financeiro:

- DIMENSIONAMENTO DA COMPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DA EMPRESA, % SOBRE O INVESTIMENTO, CONSIDERANDO-SE O PRAZO MÉDIO IDEAL DE ROTAÇÃO A NÍVEL DE CADA PRODUTO E/OU GRUPO DE PRODUTOS;
- ANÁLISE DE COMPOSIÇÃO DOS CLIENTES DA EMPRESA, ASSOCIANDO-SE A POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA → QUANTO MAIOR A CONCENTRAÇÃO EM POUCOS CLIENTES, MAIOR SERÁ O GRAU DE RISCO;

- CONCENTRAÇÃO DAS COMPRAS EM POUCOS FORNECEDORES, O QUE PODE REPRESENTAR UM ACRÉSCIMO NO RISCO EM TERMOS DE POLÍTICA DE PREÇOS, BEM COMO NO TOCANTE A REGULARIDADE NO FORNECIMENTO.

3.3 O CONCEITO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR PARA O CAPITAL DE GIRO

Como sabemos, o capital de giro de uma empresa é a parcela do investimento voltada para as aplicações correntes do negócio. Tomando como base o conceito do ciclo operacional e financeiro, espera-se que o crédito com fornecedores, em termos de prazo, seja suficiente para financiar o investimento em estoques e contas a receber. Em outras palavras, é desejado, no decorrer da operação da empresa, um menor nível de recursos adicionais para complementar a necessidade de capital de giro. Assim, podemos definir esta necessidade como sendo a diferença entre a soma dos estoques mais contas a receber menos o contas a pagar a fornecedores e provisões operacionais. A fórmula básica é composta da seguinte forma:

(Ativo Circulante Operacional – Passivo Circulante Operacional)

EXEMPLO:

Suponha uma empresa com os seguintes níveis de investimento em giro:

CONTAS A RECEBER	1000
ESTOQUES	2500
TOTAL	3500
CONTAS A PAGAR A	
FORNECEDORES	2000
NECESSIDADE DE CAPITAL	
DE GIRO	3500 – 2000 = 1500

Esta diferença pode ser financiada tanto por recursos próprios como de terceiros, podendo os recursos de terceiros serem compostos por itens de curto e longo prazo.

Como bom princípio de gestão financeira, recomenda-se que os valores aplicados em giro (estoques + contas a receber), possam ser financiadas pelo crédito concedido por

fornecedores, liberando assim os recursos próprios gerados pela própria atividade, para financiar investimentos que possibilitem o atingimento de objetivos dentro de um universo de longo prazo.

Os recursos financeiros de curto prazo, mais precisamente empréstimos bancários, devem ser considerados como fontes de natureza complementar. Com relação ao crédito, em períodos econômicos previsíveis, há uma tendência da expansão das operações financiadas, como uma forma nítida de apoio ao crescimento dos negócios.

Do ponto de vista gerencial, é importante que a administração da empresa adote uma postura eficaz para o gerenciamento do nível de concessão de crédito, bem como com relação às medidas necessárias ao aprimoramento do processo de controle.

3.4 PRINCÍPIOS BÁSICOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO – UMA SÍNTESE

3.4.1. Política e Administração de Crédito

Em períodos econômicos previsíveis, há uma tendência clara de expansão das operações a crédito, como uma forma nítida de apoio ao crescimento dos negócios. Do ponto de vista gerencial, é importante que a administração da empresa adote uma postura eficaz para o gerenciamento do nível de concessão de crédito, bem como com relação às medidas necessárias ao aprimoramento do processo de controle. Neste momento, podemos relacionar alguns pontos de relevância:

- OS VOLUMES E OS PRAZOS A SEREM CONCEDIDOS PARA VENDAS A CRÉDITO;
- AS DIRETRIZES BÁSICAS PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO;
- ESTABELECIMENTO DE NORMAS CLARAS PARA O SISTEMA DE COBRANÇA;
- ADMINISTRAÇÃO DA POLÍTICA DE DESCONTOS, COM BASE NA VARIAÇÃO DE VOLUMES E/OU PRAZOS DE RECEBIMENTO;
- COMPATIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO COM OS PRAZOS MÉDIOS DE PERMANÊNCIA DE ESTOQUES E CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES;
- PERMANENTE ATENÇÃO COM AS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DE CRÉDITO E OS POSSÍVEIS IMPACTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS NEGÓCIOS.

Como fatores condicionantes de um maior ou menor investimento em contas a receber, poderíamos relacionar;

- O NÍVEL DE VENDAS A PRAZO;
- A PROPORÇÃO CLARA ENTRE O CUSTO DIRETO DO PRODUTO OU SERVIÇO PRODUZIDO E O VALOR FATURADO DE VENDAS;
- A SAZONALIDADE DAS OPERAÇÕES;
- A CARACTERÍSTICA DO MERCADO EM QUE A EMPRESA ATUA;
- AS POLÍTICAS DE CRÉDITO, COBRANÇA E DESCONTOS ADOTADOS.

Os seguintes aspectos são considerados para o processo de análise e concessão de crédito:

- O CLIENTE PROCURARÁ CUMPRIR A SUA OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO? **Característica da carteira.**
- O DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO PERMITIRÁ A GERAÇÃO DE RECURSOS PARA EFETUAR O PAGAMENTO? **Capacidade.**
- O CLIENTE POSSUI BENS E OUTROS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA COBRIR O VALOR EXIGIDO PELA TRANSAÇÃO? **Capital.**

- O CLIENTE PODE OFERECER GARANTIAS, REAIS OU NÃO? **Colateral.**
- QUAIS SERÃO OS POSSÍVEIS EFEITOS DE ACONTECIMENTOS EXTERNOS (POR EXEMPLO, NÍVEL DA ATIVIDADE DA ECONOMIA) SOBRE A CAPACIDADE DO CLIENTE PAGAR SUAS DÍVIDAS? **Condições.**

3.4.2 Fluxo de Caixa Descontado

POR QUE O VALOR DO DINHEIRO MUDA COM O PASSAR DO TEMPO?

O velho ditado que diz "mais vale um pássaro na mão do que dois voando" adquire uma grande importância quando aplicado às finanças. Em termos monetários, ele significa que o dinheiro em caixa hoje vale mais do que no futuro. Em outras palavras, o valor do dinheiro muda ao longo do tempo. Os investidores têm uma preferência natural por dinheiro agora em vez de depois, pois assim eles podem aumentar o seu valor. Essa naturalmente é a principal meta do administrador financeiro. Além dessa razão básica de o dinheiro valer mais agora do que no futuro, deve-se estar atento aos fatores que diminuem o valor do dinheiro ao longo do tempo. As três razões mais importantes pelo que o valor do dinheiro decresce progressivamente ao longo do tempo são as seguintes:

1. inflação;
2. risco;
3. preferência pela liquidez.

INFLAÇÃO

Inflação refere-se ao aumento geral de preços na economia. Quando os preços aumentam o valor do real diminui, e já que se espera que os preços subam no futuro, o valor do real nos anos futuros será menor do que o atual. Em outras palavras, o poder de compra do real hoje é maior do que será amanhã, por causa do aumento do

preço que diminuirá o valor desse real. Por isso, é possível comprar maior quantidade de bens com um real daqui a um ano do que daqui a dois anos assim por diante.

Exemplo: Inflação

Se o nível geral de preços aumenta 5% anualmente, o poder de compra de um real hoje será 5% menor daqui a um ano. Em outras palavras, 1,00 hoje depreciaria o valor para 0,95 daqui a um ano. Se os consumidores compram 100 alfinetes com um real hoje, eles serão capazes de comprar apenas 95 alfinetes daqui a um ano. Portanto, quanto maior a taxa de inflação e quanto maior o período envolvido, menor será o valor de uma quantia de dinheiro no futuro.

RISCO

Risco, ou incerteza acerca do futuro, também causa um declínio no valor do dinheiro. Como o futuro é incerto, o risco aumenta com o passar do tempo. A maioria das pessoas deseja evitar o risco, assim, valorizam mais o dinheiro agora do que a promessa de dinheiro no futuro. Elas se dispõem a entregar seu dinheiro pela promessa de recebê-lo no futuro apenas se forem adequadamente recompensadas pelo risco a ser assumido.

Ninguém pode prever, com certeza o futuro da economia brasileira ou as tendências econômicas financeiras em outras partes do mundo. É impossível prever com precisão se o dinheiro investido hoje estará disponível amanhã. Não existe nenhuma garantia de que uma empresa sólida financeiramente permanecerá assim nos anos vindouros. Os investidores não têm garantias de que receberão dividendos e de que o preço das ações que adquiriram será valorizado, nem podem estar completamente certos de que os juros e o principal dos títulos de renda fixa serão pagos pelo emissor conforme foi combinado. Os analistas financeiros ou investidores sofisticados, a despeito do quão competentes sejam, não podem assegurar que os retornos que projetam para um dado investimento resultem ser os previstos originalmente.

Assim como a incerteza aumenta à medida que se olha para um futuro mais distante, o risco também aumenta - e o valor do dinheiro prometido no futuro diminui proporcionalmente.

PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ

Liquidez é importante tanto para um investidor quanto para uma empresa. Liquidez refere-se ao grau de facilidade com que os ativos podem ser convertidos em caixa. Caixa, obrigações do governo e outros títulos negociáveis (ativos da empresa dados como garantia aos credores para assegurar o pagamento de um empréstimo) aumentam a liquidez de uma empresa. De igual forma, o ativo imobilizado, tais como a fábrica e o equipamento, não são considerados muito líquidos. Os investidores têm preferência pela liquidez, isto é, preferem manter dinheiro em caixa para em

emergência inesperadas e exigências financeiras a comprometer fundo em ativos de rendimento futuro. Se desistirem da liquidez atual, adquirindo ativo que prometem retornos futuros, estarão trocando um ativo de caixa seguro por um ativo futuro arriscado. A troca será feita apenas se as recompensas prometidas para os futuros ativos forem suficientemente altas para justificar o risco assumido.

Quando credores ou investidores desistem do caixa por retornos futuros muito arriscados, eles requerem ágios ou retornos elevados sobre o seu caixa investido para compensá-los pela falta de liquidez. Ao contrário, quando eles investem em ativos de baixo risco, os ágios que esperam pelo retorno são relativamente baixos.

Exemplo: Liquidez versus retornos futuros

Nos Estado Unidos, uma pessoa deposita dinheiro num banco assegurado pelo FOIC (Órgão do governo dos Estados Unidos que garante os depositantes), ela se dispõe a aceitar 5% de juros, enquanto se adquirir uma obrigação de longo prazo de uma companhia desconhecida vai exigir, certamente, uma taxa de juros bem maior, digamos, 15%. Em ambos os casos, a opção pela perda de liquidez supõe um retorno que compense o risco.

Para emprestadores ou investidores, é logicamente essencial saber quanto seus investimentos em dinheiro irão crescer, pois assim poderão determinar se seus investimentos são vantajosos. Quem toma empréstimos também deseja saber quanto deverá pagar aos credores, em quanto tempo liquidar, e se os retornos do fundo captados serão maiores que os custos. Tudo isso se resume ao conceito de valor futuro, como é determinado pela taxa de juros compostos, e de valor presente dos retornos futuros, uma vez que eles foram ajustados para o risco.

Além do fato de que o dinheiro investido sabiamente hoje renderá um retorno no futuro (um fato que cria um desejo natural no investidor pela liquidez), o dinheiro perde valor com o tempo devido à inflação, ao risco e à preferência pela liquidez. O conceito de que \$1,00 hoje vale mais que \$1,00 amanhã é fundamental na teoria das finanças.

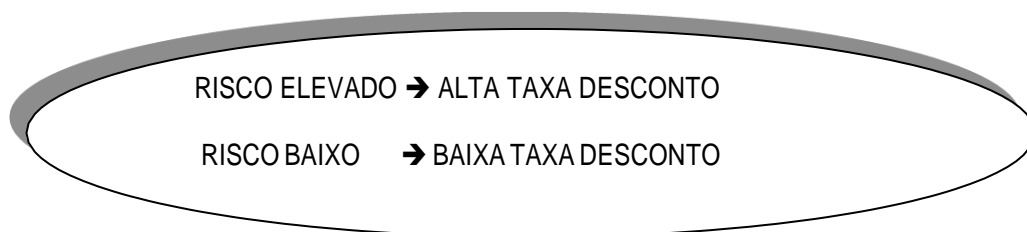
VALOR PRESENTE E TAXAS DE DESCONTO

Por que o valor presente é de interesse vital para o pessoal da área financeira?

Porque ele fornece uma base para comparar a lucratividade de vários projetos ou investimentos diferentes durante um período de vários anos. O valor presente, então, o valor do dinheiro dos retornos ou rendas futuras, descontada a taxa de capitalização. A taxa de desconto ou de capitalização é uma taxa de juros aplicada a uma série de futuros pagamentos ou recebimentos ajustados ao risco e à incerteza do fator tempo.

AJUSTANDO AO RISCO

Para calcular o valor presente a taxa de desconto deve ser determinada considerando quanto risco está associado a cada projeto ou investimento. Os níveis de risco seguem uma regra simples:



Por exemplo: se um investidor decidir que a taxa de desconto a ser aplicada a uma ação é 5%, outra ação com o dobro do risco terá uma taxa de desconto de 10%.

Determinado o nível de risco o próximo passo é ajustar o retorno ou rendas futuras à incerteza do prazo. De modo geral, os seguintes princípios são aplicados para avaliar as taxas de desconto.

Avaliação das taxas de descontos:

1. entre duas rendas futuras, aquela que tiver a data de resgate posterior deve ter a maior taxa de desconto;
2. quanto menor for o risco percebido, menor deverá ser a taxa de desconto;
3. se a taxas de juros gerais do mercado subirem, a taxa de desconto deverá subir também.

O risco pode declinar devido a perspectiva mais favorável dos negócios, à previsão da queda das taxas de inflação e de juros, ou por condições econômicas mais estáveis.

3.5 CONSIDERAÇÕES

Como observamos no contexto das abordagens, a rentabilidade de um negócio é fator decisivo e primordial para a maximização do valor do investimento ao longo do tempo. Dessa forma, o administrador deve atuar permanentemente visando aprimorar a performance da operação em todos os níveis.

Entretanto, um ponto deve ficar claro: a manutenção de uma operação com liquidez é fator fundamental para o sucesso de qualquer negócio visando, acima de tudo, garantir a integridade das fontes de financiamento da empresa.

É importante mencionar, ainda, a necessidade de se manter uma visão integrada da operação, ou seja, o atendimento global dos objetivos de natureza econômica, financeira e patrimonial.

4. CONTABILIDADE

4.1 ESTÁTICA PATRIMONIAL

4.1.1 - ATIVO

O *Ativo* compreende os bens e os direitos da entidade expressos em moeda; Caixa, Bancos (ambos constituem disponibilidades financeiras imediatas), Imóveis, Veículos, Equipamentos, Mercadorias, Títulos a Receber, Clientes (estes últimos sendo quantias que terceiros devem à entidade, em virtude de transações de crédito, tais como empréstimos de dinheiro ou vendas a prazo), são alguns dos bens e direitos que uma empresa normalmente possui.

Todos os elementos componentes do Ativo acham-se discriminados no lado *esquerdo do Balanço Patrimonial*.

4.1.2 - PASSIVO

Passivo compreende basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros: Títulos a Pagar, Contas a Pagar, Fornecedores, Produção Cooperativista à Pagar, Impostos a Pagar, Hipotecas a Pagar - são algumas das obrigações assumidas normalmente por uma entidade.

Todos os elementos componentes do Passivo estão discriminados no lado *direito do Balanço Patrimonial*.

4.1.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Definimos *Patrimônio Líquido* como sendo a diferença entre o valor do Ativo e do Passivo de uma entidade, em determinado momento.

Exemplo:

Se a entidade tem um Ativo de\$ 10.000

e um Passivo de \$ 5.300

Patrimônio Líquido dessa entidade será de \$ 4.700

4.1.4 - AS FONTES DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido de uma entidade pode ser proveniente das seguintes fontes:

- a) *Investimentos* - Efetuados pelos proprietários, quotas ou outras participações.
- b) *Sobras* - Apuradas pela entidade como fonte (adicional) de financiamento, durante um determinado exercício e obrigatoriamente levadas a A.G.O. (Assembleia geral ordinária) a fim de determinar seu destino, no caso das cooperativas não podem acumular para o exercício seguinte.

QUADRO DE RESUMO

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Aplicações dos Recursos)	(Fontes de Recursos)
<ul style="list-style-type: none"> • BENS • DIREITOS 	<p>(1) PASSIVO = <u>Capital de Terceiros</u></p> <p>(2) PATRIMÔNIO LÍQUIDO = <u>Capital Próprio</u></p> <p style="margin-left: 20px;">(2.1) Capital Nominal</p> <p style="margin-left: 20px;">(2.2) Sobras e Fundos</p> <p style="margin-left: 20px;">Capital Total à Disposição</p> <p>(Recursos Totais) = (1) + (2)</p>

4.2 VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.2.1 – INGRESSOS, DISPÊNDIOS, DESPESA, RECEITA E RESULTADO

As causas principais que fazem variar o Patrimônio Líquido são:

- a) o investimento inicial de capital e seus aumentos posteriores ou desinvestimentos feitos na entidade:
- b) o resultado obtido do confronto entre contas de *ingressos e dispêndios (atos cooperativos)* receitas, despesas e custos (*atos não cooperativos*) dentro do período contábil.

4.2.2 Ingressos ou Receitas

Entende-se por Ingresso ou Receita a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais.

A obtenção de uma Receita ou Ingresso resulta, pois, num aumento de patrimônio líquido.

4.2.3 Dispêndios ou Despesa

Entende-se por Dispêndios ou Despesa, o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, deverá produzir um ingresso ou receita. Diminuindo o Ativo ou aumentando o Passivo, um Dispêndio ou Despesa é realizada com a finalidade de se obter um Ingresso ou Receita cujo valor seja superior à diminuição que provoca no Patrimônio Líquido.

4.2.4 Resultado

Caso os ingressos e as receitas obtidas superem os dispêndios e as despesas incorridas, o Resultado do período contábil será positivo (sobra), que aumenta o Patrimônio Líquido. Se os dispêndios ou despesas forem maiores que os ingressos e as receitas, ocasiona uma perda que diminuirá o Patrimônio Líquido.

5. Análise das Demonstrações Contábeis

Uma das principais finalidades da Contabilidade é demonstrar periodicamente as situações patrimoniais, financeiras e de rentabilidade das empresas.

Essa demonstração é consubstanciada basicamente no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados.

Neste Capítulo veremos como se analisam os aspectos fundamentais dos referidos demonstrativos.

5.1. ADVERTÊNCIAS INICIAIS

Primeira – Muito embora a análise dos demonstrativos contábeis de uma empresa forneça, normalmente, uma boa ideia de sua situação geral, é preciso esclarecer que podem existir vários aspectos da empresa não evidenciados por esta análise. Se, por exemplo, uma empresa, trabalhando com capacidade ociosa crônica de seus equipamentos, ainda conseguem razoável rentabilidade, aquele fato poderá ficar encoberto numa simples análise de seus demonstrativos; desde que tal fato seja descoberto, através de um estudo mais completo da empresa, a ociosidade poderá ser eliminada, com o conseqüente aumento da rentabilidade. Em virtude de fatos como este, um perfeito diagnóstico econômico e financeiro de uma empresa deverá incluir outras análises, além da de seus demonstrativos contábeis.

Segunda – A constatação pura e simples de diversos índices relativos a um único demonstrativo de resultados e um único balanço poderá oferecer conclusões de alguma valia para o observador. Entretanto, são conclusões bastante limitadas em relação ao que se poderia obter, comparando esses números com os dos exercícios anteriores e com os de outras empresas do mesmo ramo ou do mesmo porte.

Veja-se, por exemplo, o caso de uma empresa que apresentou no ano de 20x1 uma sobra de 10% sobre o valor das vendas do período. Este resultado pode ser considerado bom se analisado isoladamente. Todavia, ao verificarmos que os resultados da mesma empresa nos anos anteriores foram os seguintes:

19x8.....	20%
19x9	16%
20x0	13%

Concluiremos que o resultado de 20x1 não foi tão bom, como a princípio parecia ser. Em tais circunstâncias, outras observações devem ser feitas para se verificar a causa do decréscimo contínuo da sobra na empresa.

A comparação com índices-padrões estabelecidos pela média dos índices das empresas do mesmo ramo ou do mesmo porte também é conveniente e esclarecedora a respeito da situação de determinada empresa. Neste aspecto, o grande problema é o da obtenção de tais índices-padrões. Nos Estados Unidos da América do Norte existe uma organização particular que publica os índices médios para grupos de empresas da mesma atividade ou porte semelhante. No Brasil, dispomos agora de excelente trabalho do Serasa, sobre índices-padrões, um dos melhores do gênero em todo mundo.

5.2. ANÁLISE PATRIMONIAL-FINANCEIRA

Inicialmente iremos fornecer um resumo das contas patrimoniais encontradas em qualquer balanço patrimonial, com essa ferramenta em mãos usaremos, sempre que for necessário, para realizar nossas análises, em seguida conferindo os saldos e assim procedendo estaremos aptos para prosseguir com qualquer análise.

BALANÇO PATRIMONIAL

I – ATIVO	
I.I - Circulante	
- Ativo Circulante	R\$
I.II - Não Circulante	
- Ativo Realizável à Longo Prazo	R\$
- Investimentos	R\$
- Imobilizado	R\$
- Intangível	R\$
TOTAL DO ATIVO	R\$
II – PASSIVO	
II.I - Circulante	
- Passivo Circulante	R\$
II.II - Não Circulante	
- Passivo Exigível à Longo Prazo	R\$
- Resultado de Exercícios Futuros	R\$
- Patrimônio Líquido	
- Capital Social	R\$
- Reserva Legal	R\$
- Reserva Ass. Téc. Ed. – R.A.T.E.S.	R\$
- Outras reservas	R\$
- Sobras ou Perdas Acumuladas	R\$
TOTAL DO PASSIVO	R\$

Ao iniciarmos uma análise de balanço deveremos ter sempre em mente a noção de séries históricas, pois uma avaliação levando-se em conta apenas os resultados de um determinado período pode nos levar a uma conclusão precipitada, como sugestão deverá ter sempre os dados de no mínimo 03 (três) anos anteriores, sendo o ideal 05 (cinco) anos.

Os principais índices, para efeito da análise patrimonial-financeira, são os que se acham relacionados a seguir.

Quociente de Liquidez

Liquidez Corrente
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>
PASSIVO CIRCULANTE
Liquidez Seca
<u>AT. CIR. (-) ESTOQUES</u>
PASSIVO CIRCULANTE
Liquidez Imediata
<u>DISPONÍVEL</u>
PASSIVO CIRCULANTE
Liquidez Geral
<u>AC + ANC</u>
PC + PNC

Os quocientes de liquidez referem-se às possibilidades da empresa de pagar os seus compromissos de prazo curto, ou seja, os compromissos até 360 dias mais ou menos.

A “liquidez corrente” é a que resulta da comparação entre o ativo circulante (representado pelos valores disponíveis, mais os realizáveis em dinheiro à curto prazo) e o passivo circulante (representado pelo exigível em curto prazo).

A diferença entre a liquidez corrente e a liquidez seca reside apenas em não se considerarem nesta última os estoques de mercadorias no ativo circulante.

E, finalmente o Índice de Liquidez Geral, este índice demonstra a situação de liquidez da empresa a longo prazo. É obtido dividindo-se o ativo circulante mais o não circulante pelo passivo circulante mais o não circulante.

Em geral, considera-se como bom o índice de liquidez corrente 1,5 para cima. A liquidez seca menor do que 1,00 e maior que 0,7 podem ser consideradas normal, com referência ao índice de liquidez imediata o ideal é que esteja em torno de 0,1 ou 0,2, dependendo do prazo médio de vencimento das obrigações.

Todavia não se pode esquecer que ao efetuar lançamentos contábeis soma-se ou subtraem-se valores nas contas afetadas, não se faz operações de multiplicar ou dividir. Como os quocientes de liquidez que acabamos de ver são obtidos pela divisão de valores extraídos dos saldos das contas do Ativo e Passivo Circulante, esses quocientes podem ser afetados de forma não proporcional provocando sérias distorções para efeito de análise.

5.3 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

1. Liquidez Geral

Mede a possibilidade da cooperativa em saldar compromissos, a curto e em longo prazo, para pagar cada real de suas Obrigações totais junto a terceiros (bancos, financeiros, fornecedores, etc.)

Observando o termômetro de liquidez geral, no exemplo prático, concluímos que quanto maior o índice de liquidez geral melhor será sua estabilidade financeira.

Fórmula para cálculo do índice:

A soma do ativo circulante com o ativo realizável em longo prazo, dividido pela soma do passivo circulante com o passivo em longo prazo.

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIV. CIRCUL} + \text{ATIV. REAL. A LONGO PRAZO}}{\text{PASS. CIRCUL.} + \text{PASS. EXIG. LONGO PRAZO}}$$

Exemplo prático:

Considerando uma cooperativa onde o ativo circulante = R\$ 705,00 ativo realizável em longo prazo = R\$ 110,00 passivo circulante = R\$ 472,00 exigível em longo prazo = R\$ 204,10 calcular a liquidez geral da cooperativa.

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{705,00 + 110,00}{472,00 + 204,10}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = 1,21$$

Resultado:

O limite aceitável para a liquidez geral varia de 0,90 a 1,40. Portanto 1,21 estão dentro do limite, pois como verificamos anteriormente quanto maior o índice melhor para a cooperativa.

O melhor limite de normalidade varia de 1,30 a 1,60, mas como somente 45% das empresas possuem valores acima de 1,00 podemos considerar satisfatório o limite de 0,90 a 1,40.

Outras possibilidades:

Abaixo relacionamos os possíveis resultados e algumas recomendações para sanar as ocorrências.

⇒ **Liquidez Péssima**

A cooperativa apresenta sérios riscos financeiros, sobrevivendo diariamente à procura de dinheiro para saldar seus compromissos.

⇒ **Liquidez Excelente**

A cooperativa encontra-se financeiramente invejável, podendo traçar planos de investimentos e expansão.

2. Liquidez Seca:

Mede a possibilidade da cooperativa em saldar suas dívidas sem necessidade de liquidação de estoques.

Observando o termômetro de liquidez seca no exemplo prático, concluímos que, quanto maior a liquidez seca, maior o índice, melhor será sua garantia.

Fórmula para cálculo do índice:

É o ativo circulante menos o estoque, dividido pelo passivo circulante.

$$\text{LIQUIDEZ SECA} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Exemplo prático:

Considerando uma cooperativa onde o ativo circulante = R\$ 905,00 estoque = R\$ 280,00 e o passivo = R\$ 472,00 calcular o índice de liquidez seca.

905,00 - 280,00

LIQUIDEZ SECA =

472,00

LIQUIDEZ SECA = 1,32

Resultado:

O limite aceitável para liquidez seca varia de 1,00 a 1,75, portanto o índice de 1,32 da cooperativa exemplo apresenta-se normal.

Outras possibilidades:

Abaixo relacionamos os possíveis resultados e algumas recomendações para sanar as ocorrências.

⇒ Liquidez Seca Baixa:

A cooperativa depende da liquidação total ou de parte de seus estoques para saldar as dívidas em curto prazo.

⇒ Liquidez Seca Excelente:

A Cooperativa não depende da liquidação total ou de parte de seus estoques, pois possui uma grande margem de garantia.

3. Liquidez Imediata

Mede a possibilidade da cooperativa, em saldar seus compromissos financeiros com recursos existentes em caixa, sem venda de estoques e/ou recebimentos de cooperados.

Observando o exemplo prático, concluímos que quanto maior o índice, maior será a possibilidade de a cooperativa liquidar obrigações imediatamente.

Fórmula para cálculo do índice:

Liquidez imediata é igual a, disponível dividido pela soma do passivo circulante com duplicatas descontadas.

DISPONÍVEL

LIQUIDEZ IMEDIATA =

PASS.CIRC. + DUPL. DESCONTADAS

Exemplo prático:

Considerando na cooperativa onde o disponível = R\$ 4.250,00 o passivo circulante = R\$ 29.000,00 e o volume de duplicatas descontadas = R\$ 2.000,00 calcular o índice de liquidez imediata.

4.250,00

$$\text{LIQUIDEZ IMEDIATA} = \frac{4.250,00}{29.000,00 + 2.000,00}$$

LIQUIDEZ IMEDIATA = 0,14

Resultado:

O limite aceitável para a liquidez imediata varia de 0,06 a 0,25, portanto a cooperativa exemplo apresenta-se dentro da normalidade.

Outras possibilidades

Abaixo relacionamos os possíveis resultados e algumas recomendações para sanar as ocorrências.

⇒ **Liquidez Imediata Baixa**

A cooperativa com índice de liquidez imediata baixa apresenta dificuldades em seu fluxo de caixa, ou seja, trabalha com recebimento de recursos centralizado em um único vencimento. A forma de solucioná-los é descentralizar os vencimentos e estabelecer um sistema de previsão financeira adequado.

⇒ **Liquidez Imediata Excelente:**

Este índice demonstra que a cooperativa está operando com caixa folgado, e com uma adequada previsão financeira.

4. Liquidez Corrente

Este índice avalia a capacidade da cooperativa em saldar as suas dívidas em curto prazo.

Para isso, é necessário que a cooperativa possua disponibilidades imediatas, valores a receber que se transformarão em dinheiro, dentro de prazos curtos.

Observando a avaliação, verificamos que a margem de segurança deverá ser superior ao índice 1 (um), ou seja, quanto maior este índice, mais disponibilidades a cooperativa terá para saldar seus compromissos.

Fórmula para cálculo do índice:

Liquidez corrente é igual ativo circulante dividido por passivo circulante.

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Exemplo prático:

Considerando uma cooperativa onde o ativo circulante = R\$ 905,00 e o passivo circulante = R\$ 472,00 calcular a liquidez corrente desta cooperativa.

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{905,00}{472,00}$$

LIQUIDEZ CORRENTE = 1,92

Resultado:

O limite aceitável da liquidez corrente varia de 1,10 a 2,00. Portanto a cooperativa do exemplo está numa situação boa.

Outras possibilidades:

Abaixo relacionamento os possíveis resultados e algumas recomendações para sanar as ocorrências.

⇒ Liquidez Corrente Péssima

Uma cooperativa que se encontra nesta situação corre sério risco de liquidação, em virtude de possuir dívidas de curto prazo, sem nenhuma margem de garantia.

⇒ Liquidez Corrente Excelente

Este índice mostra que a cooperativa possui excelente margem de segurança em suas operações.

5.4 ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Endividamento

Avalia se a cooperativa está operando com dívida de terceiros em demasia, ou seja, empréstimos adquiridos em bancos, financeiras e fornecedores.

Observamos o endividamento geral, no exemplo prático, concluímos que quanto maior o índice, maior será o risco da cooperativa.

Fórmula para cálculo do índice:

Soma do passivo circulante com exigível em longo prazo, dividido pelo Patrimônio Líquido.

Fórmula para cálculo do índice:

Passivo exigível a longo prazo dividido pelo ativo imobilizado.

$$\text{Financiamento Doimobilizado} = \frac{\text{Passivo Exig. à Longo Prazo}}{\text{Ativo Imobilizado}}$$

Exemplo prático

Considerando uma cooperativa onde o passivo exigível a longo prazo = R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e o Ativo Imobilizado = R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais). Calcule o índice de financiamento do Imobilizado determinando quanto o ativo imobilizado da cooperativa é financiado por terceiros.

Financiamento	30.000,00
Imobilizado	58.000,00
Financiamento	
Do imobilizado	0,51

Resultados:

O limite aceitável varia de 13 a 80%, então $0,51 \times 10 = 51\%$, encontra-se dentro do limite, sabendo-se, porém que quanto maior o índice, pior o desempenho.

Outras possibilidades:

Abaixo relacionamos os possíveis resultados e algumas recomendações para sanar as ocorrências.

⇒ Reduzido Financiamento do Ativo Imobilizado com Recurso a Longo Prazo

Indica a aquisição do Imobilizado com excesso de recursos próprios, diminuindo a disponibilidade de caixa, portanto devemos também utilizar financiamento a Longo Prazo para aquisição do Ativo Imobilizado.

⇒ Excessivo Ativo Imobilizado com recursos de terceiros a longo prazo

Uma concentração excessiva de recursos de terceiros é perigosa para a cooperativa, pois os ativos, sempre devem ser financiados com recursos próprios e de terceiros, equilibradamente.

Quociente de Imobilização de Capital

<u>ATIVO PERMANENTE</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quociente acima indica a proporção do capital imobilizado em ativo fixo. Para se analisar este quociente deve-se ter em conta o tipo de empresa. No caso de uma empresa de transporte, deve ser um índice bastante alto (de 0,7 ou 0,8). (Se, porém, tratar de uma empresa puramente de trabalho ou serviços, o quociente deverá ser menor 0,3 ou 0,4), pois o capital próprio em giro é de grande necessidade para essa atividade.

5.5 ÍNDICE DE RENTABILIDADE

Quocientes de Rentabilidade (alguns quocientes)

<u>Vendas</u>
Ativo
<u>Sobra Líquida</u>
Vendas
<u>Sobra Líquida</u>
Patrimônio Líquido
<u>Sobra líquida</u>
Capital (no fim do período)

Preliminarmente, cabe notar que o conceito de sobra na cooperativa, diferentemente das empresas que objetivem o lucro, pode tornar-se extremamente prejudicado para análise acima a falta de uniformidade contábil que outrora existia nos impossibilitava de obtermos uma análise precisa deste índice importantíssimo.

Conforme se observa acima, os quocientes de rentabilidade são o resultado do relacionamento entre a sobra no periódico com outros elementos dos demonstrativos contábeis. Diferenciam-se fundamentalmente dos demais quocientes já vistos pelo fato de referir-se a períodos, quando os outros se referem a dados relativos à determinada data. Por este motivo são quocientes que oferecem maior segurança para o analista.

Os índices de rentabilidade expressam a lucratividade nas entidades, devemos ter sempre em mente que uma cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital, quem busca lucratividade é o cooperado e não a cooperativa, porém não podemos em um determinado momento abrir mão dessa análise tão preciosa da contabilidade, porém façamos os devidos ajustes.

5.6 LIMITAÇÕES

Além das limitações, deve-se convir que as expectativas se referem ao que poderá acontecer no futuro. Os demonstrativos espelham somente o que aconteceu no passado e, por isso, podem ser considerados somente como pistas para o futuro.

A principal vantagem é que ela possibilita a identificação de tendências e a localização de desvios em torno de certos padrões considerados adequados. É na interpretação desses desvios e tendências que a empresa utilizará ao máximo suas técnicas e experiências.

Ludícibus (1998) considera que qualquer análise de demonstrativos financeiros deve permitir a comparação com pelo menos uma das alternativas abaixo:

1. Série histórica da mesma empresa;
2. Padrões previamente estabelecidos pela administração da empresa;
3. Quocientes das empresas pertencentes ao mesmo ramo de atividade, médias, modas, quartis de tais quocientes;
4. Certos parâmetros de interesse regional, nacional ou internacional.

Entende Ludícibus (1998) que a série histórica evolutiva da empresa deveria ser construída de qualquer maneira, embora considere que o melhor tipo de comparação seja efetuado em padrões previamente estabelecidos pela própria administração ou divisão da empresa.

O verdadeiro núcleo da questão está em como interpretar os quocientes. Não há fórmulas infalíveis, passíveis de análise por computador, pois cada empresa é individualizada, e como tal deve ser analisada. Uma empresa que historicamente venha apresentando quocientes de rentabilidade ótimos e de liquidez péssimos deve analisar essa distorção entre rentabilidade e liquidez, pois pode ser admitida em períodos curtos, nunca numa tendência, sob pena de estrangulamentos fatais.

Os índices econômico-financeiros, para elaboração do planejamento financeiro da empresa, devem, antes, passar por uma análise quantitativa e qualitativa das fontes e usos de fundos, para que possam fornecer indicações úteis à administração, para otimizar a estrutura de recursos e minimizar seus custos, pois, da mesma maneira, uma análise dos fluxos de caixa auxilia e desvenda os períodos em que, apesar da boa rentabilidade, a empresa precisa de financiamentos, ou em que haverá excesso de disponibilidades.

Para Ludícibus (1998), a análise do modelo revela aspectos importantes da gestão financeira da empresa e permite sua utilização como elemento de planejamento da mesma forma que o fluxo de caixa previsto, ou orçamento de caixa.

A função primordial da preparação de uma demonstração dos fluxos de caixa é a de propiciar informações relevantes sobre as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade para um determinado período, seja para análise do passado, seja para projeção do futuro, no contexto do planejamento financeiro.

6. CONCLUSÃO

Usar a ferramenta da gestão financeira e suas análises, que devem sempre estar sob a responsabilidade de um profissional especialista, pois dirigentes, conselheiros fiscais, cooperados e colaboradores devem estar sempre buscando conhecimentos para solicitar a informação tempestivamente. Para isso este curso pretendeu esclarecer os princípios que norteiam as finanças, fornecendo em seguida ferramentas mínimas para se efetuar uma análise contábil da gestão e operação da sua cooperativa. O esforço continuado e a repetição irão contribuir para que você possa servir de instrumento produtivo de análise para sua cooperativa, pois uma situação de risco detectada previamente poderá evitar dissabores futuros. Não temos a pretensão de formar profissionais, porém queremos que o aluno tenha uma nova visão financeira, que ela seja seu efetivo instrumento de controle e planejamento em sua cooperativa. Sucesso a todos!

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- PADOVEZE, Clovis Luis **Introdução à Administração Financeira**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005.
- HOJI, M. **Administração Financeira: uma abordagem prática**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de Administração Financeira**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2002. Complementar:
- BRIGHAM, E. F; GAPENSKI, L. C.; EHRHARDT, M.C. **Administração Financeira: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2005.
- GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 10 ed. São Paulo: Harbra, 2004.
- HERRMANN JR, F. **Análise De Balanços Para A Administração Financeira**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NIKBAKHT, E; GROPELLI, A.A. **Administração Financeira – Série Essencial**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MEGLIORINI, E.; VALLIM, M.A., **Administração Financeira – Uma abordagem Brasileira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de investimentos**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- IUDICIBUS, Sérgio. **Contabilidade introdutória - Livro Texto**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIVERSOS ARTIGOS NA INTERNET

Nome do Instrutor: José Ribamar do Amaral Cypriano

Formação profissional: Contador e Pós-Graduado em Gestão em Cooperativas

ribamar@amaralcontabilidade.com

(21) 99293-6947